

São Paulo, 27 de outubro de 2016

NOTA À IMPRENSA

13º salário deve injetar R\$ 196,7 bilhões na economia em 2016

Até dezembro de 2016, estima-se que deverão ser injetados na economia brasileira aproximadamente de R\$ 197 bilhões, em decorrência do pagamento do 13º salário. Este montante representa aproximadamente 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e será pago aos trabalhadores do mercado formal, inclusive os empregados domésticos; aos beneficiários da Previdência Social e; para aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados e municípios. Cerca de 84 milhões de brasileiros serão beneficiados com um rendimento adicional, em média, de R\$ 2.192. Estas são as estimativas do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Para o cálculo, o DIEESE leva em conta dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do Ministério do Trabalho. Também foram consideradas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações da Previdência Social e da Secretaria Nacional do Tesouro (STN).

No caso da Rais, o DIEESE considerou todos os assalariados com carteira assinada, empregados no mercado formal, nos setores público (celetistas ou estatutários) e privado, que trabalhavam em dezembro de 2015, acrescido do saldo do Caged do ano de 2016 (até agosto). Da Pnad, foi utilizado o contingente estimado de empregados domésticos com registro em carteira. Foram considerados ainda os beneficiários – aposentados e pensionistas – que, em agosto de 2016, recebiam proventos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) - e os aposentados e pensionistas pelo regime próprio da União e dos Estados e municípios. Para estes dois últimos, entretanto, não se obteve o número de beneficiários. Para os assalariados, o rendimento foi atualizado pela variação média do INPC no período janeiro-agosto de 2016 sobre igual período de 2015.

Para efeito do cálculo, o DIEESE não leva em conta os autônomos, assalariados sem carteira ou trabalhadores com outras formas de inserção no mercado de trabalho,

que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano, nem os valores envolvidos nesses abonos, uma vez que esses dados são de difícil mensuração.

Além disso, não há distinção dos casos de categorias que recebem ao menos parte do 13º antecipadamente, por definição, por exemplo, de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ou Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Da mesma forma, o valor recebido pelos beneficiários do INSS é considerado pelo montante total, independentemente de a primeira parcela já ter sido paga antes de dezembro. Assim, os dados apresentados constituem uma projeção do volume total do 13º salário que entra na economia ao longo do ano, e não necessariamente nos dois últimos meses de 2016. Entretanto, é certo que a maior parte do valor referente ao 13º seja paga no final do ano.

Dos cerca de 84 milhões de brasileiros que devem ser beneficiados pelo pagamento do 13º salário, aproximadamente 33,6 milhões, ou 39,9% do total, são aposentados ou pensionistas da Previdência Social (INSS). Os empregados formais (49,5 milhões de pessoas) correspondem a 58,9% do total. Entre esses, os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada somam 2 milhões, equivalendo a 2,5% do conjunto de beneficiários do abono natalino. Além desses, aproximadamente 982 mil pessoas (ou 1,2% do total) referem-se aos aposentados e beneficiários de pensão da União (Regime Próprio). Há ainda um conjunto de pessoas, constituído por aposentados e pensionistas dos estados e municípios (Regime Próprio), que vai receber o 13º e que não pode ser quantificado.

Do montante a ser pago a título de 13º, pouco mais de 31,5% dos R\$ 197 bilhões, ou seja, perto de R\$ 62 bilhões, serão pagos aos aposentados e pensionistas. Considerando apenas os beneficiários do INSS, o quantitativo chega a 33,5 milhões de pessoas e um valor de R\$ 41,3 bilhões. Outros R\$ 134,7 bilhões, ou 68,5% do total, irão para os empregados formalizados; incluindo os empregados domésticos. Aos aposentados e pensionistas da União, caberá o equivalente a R\$ 8,2 bilhões (4,2%); aos aposentados e pensionistas dos Estados, R\$ 10,1 bilhões (5,1%) e; R\$ 2,5 bilhões aos aposentados e pensionistas dos regimes próprios dos municípios, conforme a Tabela 1.

TABELA 1
Estimativa de recursos com pagamento do 13º Salário
Brasil - 2016

Discriminação	Beneficiários		Total do 13º Salário		Valor Médio (R\$)	% PIB
	Nº	(%)	R\$	(%)		
1. Trabalhadores no Mercado Formal	49.472.519	58,9%	134.714.721.432	68,5%	2.723,02	2,1%
1.1. Assalariados dos Setores Público e Privado	47.409.519	56,4%	132.463.988.432	67,3%	2.794,04	2,0%
1.2. Empregados Domésticos com Carteira	2.063.000	2,5%	2.250.733.000	1,1%	1.091,00	0,03%
2. Aposentados e Pensionistas	34.538.113	41,1%	61.982.875.089	31,5%	1.794,62	1,0%
2.1. Regime Geral - Beneficiários do INSS	33.555.874	39,9%	41.271.128.183	21,0%	1.229,92	0,6%
2.2. Regime Próprio da União	982.239	1,2%	8.186.100.000	4,2%	8.334,12	0,1%
2.3. Regime Próprio dos Estados	n.d	n.d	10.074.219.051	5,1%	n.d	0,2%
2.3. Regime Próprio dos Municípios	n.d	n.d	2.451.427.856	1,2%	n.d	0,04%
Total	84.010.632	100,0%	196.697.596.522	100,0%	2.192,25¹	3,0%

Fontes: MTb. Rais e Caged; IBGE. Pnad; Ministério da Previdência. Boletim Estatístico; STN-Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Orçamentária dos Estados; Sistema Siconfi da Secretaria do Tesouro e Ministério do Planejamento. Boletim Estatístico de Pessoal

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Excluídos os benefícios e beneficiários dos regimes próprios dos estados e municípios

O número de pessoas que receberá o 13º salário em 2016 é cerca de 0,2% superior ao calculado para 2015. Vale destacar os segmentos de beneficiários mais importantes numericamente: empregados do setor formal, com redução de 1,3%, e aposentados e pensionistas do INSS, com aumento de 2,6%.

Comparando com 2015¹, quando o valor teria sido de R\$ 182 bilhões, a quantia apurada neste ano indica crescimento da ordem de 8,2%, o que significaria aumento de 0,6% acima da inflação prevista para 2016. Se observados apenas os trabalhadores do setor formal, estima-se queda real de -3,4% no montante pago.

Distribuição por região

Refletindo a maior capacidade econômica da região, a parcela mais expressiva do 13º salário (50,9%) deve ficar nos estados do Sudeste, região que concentra também a maior parte dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Outros 16,1% do montante a ser pago devem ficar com o Sul, enquanto ao Nordeste serão destinados 16,1%. Para as regiões Centro-Oeste e Norte, irão, respectivamente, 8,9% e 4,8%. Deve-se observar

¹A estimativa do 13º divulgada pelo DIEESE em novembro de 2015 foi revista e ajustada. A comparação feita aqui utiliza os dados ajustados e não os divulgados.

que os beneficiários do regime próprio da União respondem por pouco menos de 4,2% do montante e podem viver em qualquer região.

O maior valor médio para o 13º deve ser pago no Distrito Federal (R\$ 4.230) e o menor, no Maranhão e Piauí, estados com média próxima a R\$ 1.450,00. Essas médias, porém, não incluem o pessoal aposentado pelo regime próprio dos estados e dos municípios, cujo quantitativo não foi possível obter.

Estimativa setorial para o mercado formal

Para os empregados do setor formal, até o final de 2016, a estimativa é de que R\$ 132,5 bilhões serão pagos como 13º salário aos 47,4 milhões de trabalhadores formais do setor público e privado no Brasil, excluídos os empregados domésticos.

Como mostra a Tabela 2, a maior parcela do montante a ser distribuído caberá àqueles que estão empregados no setor de serviços (incluindo administração pública), que ficarão com 63,1% do total destinado ao mercado formal; os empregados da indústria receberão 18,1%; os comerciários terão 13,1%; aos que trabalham na construção civil será pago o correspondente a 4,8% e; aos trabalhadores da agropecuária caberão 3,3% (Tabela 2).

TABELA 2
Estimativa de recursos com pagamento do 13º salário
Trabalhadores na ativa do setor formal - Brasil - 2016

Grande Setor	Beneficiários		Total do 13º Salário		Valor Médio (R\$)	% PIB
	Nº	(%)	R\$	(%)		
Indústria	8.097.538	17,1%	24.029.179.636	18,1%	2.967,47	0,4%
Construção civil	2.258.060	4,8%	4.964.451.465	3,7%	2.198,55	0,1%
Comércio	9.265.355	19,5%	17.413.665.777	13,1%	1.879,44	0,3%
Serviços (inclui Administração Pública)	26.205.896	55,3%	83.594.252.684	63,1%	3.189,90	1,3%
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	1.582.670	3,3%	2.641.487.371	2,0%	1.669,01	0,0%
Total	47.409.519	100,0%	132.463.988.432	100,0%	2.794,04	2,0%

Fonte: MTb, Rais e Caged

Elaboração: DIEESE

Obs.: Excluídos empregados domésticos

Em termos médios, o valor do 13º salário pago ao setor formal corresponde a R\$ 2.794. A maior média deve ser paga aos trabalhadores do setor de serviços, equivalente

a R\$ 3.190; a indústria aparece com o segundo valor, equivalente a R\$ 2.967 e; o menor foi verificado entre os trabalhadores do setor primário da economia, R\$ 1.669.

O 13º na economia paulista

A economia paulista deverá receber, até o final de 2016, a título de 13º salário, cerca de R\$ 57,8 bilhões, aproximadamente 29,4% do total do Brasil e 57,7% do Sudeste. Esse montante representa em torno de 2,8% do PIB estadual.

O número de pessoas que receberá o décimo terceiro no estado é estimado em 21,6 milhões, 25,7% do total que terá acesso ao benefício no Brasil. Em relação à região Sudeste, esse percentual é de 54,8%. Os empregados do mercado formal, celetistas ou estatutários, representam 65,6%, enquanto pensionistas e aposentados do INSS equivalem a 34,4%. O emprego doméstico com carteira assinada participa com 3,0%.

Em relação aos valores que cada segmento receberá, nota-se a seguinte distribuição: os empregados formalizados ficam com 74,8% (R\$ 43 bilhões) e os beneficiários do INSS, com 19,3% (R\$ 11,1 bilhões), enquanto aos aposentados e pensionistas do estado do Regime Próprio caberão 4,4% (R\$ 2,5 bilhões).

TABELA 3
Estimativa de recursos com pagamento do 13º salário
São Paulo - 2016

Discriminação	Beneficiários		Total do 13º Salário		Valor Médio (R\$)	% PIB
	Nº	(%)	R\$	(%)		
1. Trabalhadores no Mercado Formal	14.190.233	65,6%	43.192.046.645	74,8%	3.043,79	2,1%
1.1. Assalariados do Setores Público e Privado	13.544.233	62,7%	42.421.368.645	73,4%	3.132,06	2,0%
1.2. Empregados Domésticos com Carteira	646.000	3,0%	770.678.000	1,3%	1.193,00	0,04%
2. Aposentados e Pensionistas	7.428.312	34,4%	14.565.541.541	25,2%	1.960,81	0,7%
2.1. Regime Geral - Beneficiários do INSS	7.428.312	34,4%	11.143.032.721	19,3%	1.500,08	0,5%
2.3. Regime Próprio do Estado	n.d	n.d	2.519.976.482	4,4%	n.d	0,1%
2.3. Regime Próprio dos Municípios	n.d	n.d	902.532.338	1,6%	n.d	0,04%
Total	21.618.545	100,0%	57.757.588.186	100,0%	2.513,36¹	2,8%

Fontes: MTb. Rais e Caged; Pnad-IBGE; Ministério da Previdência (Boletim Estatístico); STN-Secretaria do Tesouro Nacional (Execução Orçamentária dos Estados), Sistema Siconfi da Secretaria do Tesouro e Ministério do Planejamento (Boletim Estatístico de Pessoal)

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Excluídos os benefícios e beneficiários dos regimes próprios dos estados e municípios